

SESSÕES DO PLENÁRIO

14ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 7 de março de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Solicito ao nobre deputado Samuel Junior, segundo-secretário da Mesa, que faça a leitura das atas.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, demais colegas, conforme determina o presidente desta sessão, meu amigo professor Zé Raimundo, antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 9ª, 10ª, 11ª e 12ª, realizadas, respectivamente, em 27 e 28 de fevereiro de 2023 e em 1º e 2 de março de 2023.

Pronto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mais alguma ata? Por favor, pode fazer a leitura.

O Sr. Samuel Junior: E a ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2023.

Essas são as atas, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Não há expediente a ser anunciado, passemos ao Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre deputado Leandro de Jesus, pelo tempo de até 5 minutos para utilizar o Pequeno Expediente. (Silêncio) **(Oradores inscritos)**.

Não está presente.

Eu convido o segundo deputado inscrito, o deputado Rogério Andrade, para usar a palavra, no Pequeno Expediente, pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Ausente.

Eu convido o deputado José de Arimateia para utilizar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente. (Silêncio)

Na ausência do deputado José de Arimateia, eu convido o deputado Euclides Fernandes para usar o tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Não se encontra.

Convido o nobre deputado Robinho pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, imprensa aqui presente, nosso amigo presidente, deputado José Raimundo, com o qual eu tive a honra de estar, hoje, na comissão de finanças, ele foi escolhido para apreciar as contas do governador no exercício 2022.

Bom, amigos, eu tenho algo de muito interessante e muito preocupante para falar para o povo da Bahia, para alertar o governador, é sobre as constantes invasões de propriedade. Hoje, eu ouvi do meu presidente, Zé Raimundo, uma coisa muito importante. Na comissão, ele falou que a coisa mais importante é a vida; e a segunda coisa é o direito de propriedade.

Eu tenho uma lista, aqui, de propriedades que foram invadidas nos últimos 6 meses na Bahia, eu vou até falar alguns nomes: (Lê) “Fazenda Santa Rita, Fazenda Floresta I e II, Fazenda Conjunto Barreirinha, Fazenda Santa Therezinha, Agropecuária e Conjunto União, Fazenda Noruega, Fazenda Paloma, Fazenda Mirante, Fazenda Santo Agostinho, Fazenda Mariê, Fazenda Lage do Gavião, Fazenda Pouca Notícia, Conjunto Bom Jardim I, II e III, Fazenda São Marcelo, Fazenda Alegria, Fazenda Nova Esperança, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Boa Sorte, Fazenda Reserva, Fazenda Lagoa Encantada I e II, Fazenda Estrela, Fazenda Boa Vista, Conjunto Bom Jardim, Fazenda Mar Azul, Fazenda São Domingos e Fazenda Cachoeira.”

A maioria é de fazendas de porte médio, de 200 hectares, 300 hectares. Dessas fazendas que eu falei aqui, a maior tem 1.200 hectares, não é uma fazenda grande.

Agora eu quero falar de um discurso que eu fiz aqui, em 2018, sobre a invasão da Fazenda Igarashi por um grupo que se instalou no município de Correntina, e teve essa invasão por quê? Uns invasores baderneiros alegaram que a fazenda estava usando

a água do Rio Arrojado, que é o rio que banha a cidade de Correntina, e essa fazenda, esse grupo, tem a outorga para o uso da água do Rio Arrojado, onde planta feijão, cebola, beterraba, cenoura.

Simplesmente derrubaram as estações de pivô central, a estação de energia elétrica, o galpão, queimaram tratores. Isso foi lá em 2018, agora temos a invasão de fazendas, e todas as fazendas produtivas, todas as fazendas produtivas, temos a invasão de fazendas de eucalipto. No domingo, tivemos a invasão da Fazenda Ouro Verde, na cidade de Santa Luzia, uma fazenda de um grupo suíço, uma fazenda produtiva. O que é que está acontecendo? Aconteceu também invasão lá na cidade de Jacobina. O que está acontecendo? Os produtores rurais estão se unindo e indo para uma guerra no campo, combatendo as invasões.

Governador, existem programas que, no passado, deram certo, como o Cédula da Terra, como o Cora, Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo. É importante que nós tenhamos a unificação do campo, não vamos partir para o campo do separatismo,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINHO: (...) a briga do menor com o maior. Para que isso? Até mesmo aqui, na Bahia, nós precisamos unir a Secretaria da Agricultura com a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Para que esse separatismo?

Então, eu quero me sentar com o presidente da Comissão de Agricultura para que nós possamos chamar, aqui, os produtores sem-terra, chamar os produtores rurais, os fazendeiros,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que possamos trabalhar para a produção e para o desenvolvimento, não para a briga, não para a instabilidade no campo.

Eu quero contar com você, Zé Raimundo, que é um homem de diálogo, para que nós possamos, juntamente com o governo do estado, com o secretário de Agricultura, com o secretário de Desenvolvimento Rural, com a Comissão de Agricultura, fazer o campo produzir sem instabilidade e sem briga.

Muito obrigado pela sua paciência, um abraço, e peço que a imprensa torne isso público porque é para o bem do campo, é para o bem da Bahia, vamos pensar num trabalho unido em prol do povo baiano.

Um abraço e muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito obrigado, deputado Robinho, eu agradeço a referência, mas, só contextualizando a nossa reflexão, hoje, na comissão, é que, de fato, a gente discutia sobre o Estado, a origem do Estado moderno, e, ali no século XVI, XVII e XVIII, os pilares do contrato social, de fato, eram a vida, a propriedade, a segurança e a liberdade. Daí a necessidade de nós repensarmos esse Leviatã, porque o Estado é um protetor do bem comum. V. Ex.^a traz, portanto, essa reflexão de forma muito apropriada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo aqui a ordem de inscritos, eu convido a nobre deputada Fabíola Mansur para utilizar o tempo de até 5 minutos. (Silêncio) Não se encontra.

Eu convido o deputado Marcinho Oliveira para utilizar o Pequeno Expediente pelo espaço temporal de 5 minutos.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados aqui presentes, venho aqui, nesta tarde, Sr. Presidente, para chamar a atenção do governo do estado da Bahia para a situação em que se encontra a BA-120. Não é por todo o percurso, por todo o trajeto, não é pela condição de tráfego, de buracos nas estradas, mas, sim, pela segurança que está acontecendo. Vários acidentes estão ocorrendo por conta da sinalização, e já foi feito, no passado, algumas solicitações e intervenções pela Seinfra.

Foi colocada uma iluminação às margens da BA-120 no município de Santaluz, minha cidade amada e querida, que vai do Açude Tapera até o bairro Mãe Rufina, e existe a complementação dessa iluminação, que vai até o Morro dos Lopes, saída para o município de Queimadas. Infelizmente, nesse trecho, entre o bairro Mãe Rufina e a entrada do Morro dos Lopes, vem acontecendo diversos acidentes os quais vêm ceifando a vida de muitos moradores daquele bairro e da minha querida Santaluz.

Então, já encaminhei para o secretário estadual de Infraestrutura, Sérgio Brito, o pedido para que seja feita uma análise detalhada daquela localidade, para que possa ser implantada a complementação da iluminação, como também novos redutores de velocidade. Encaminhei também a solicitação para que averiguem a viabilidade de substituição, nos trechos urbanos, por radares eletrônicos e para que, assim, seja feita uma segurança educativa com os motoristas lá da região.

Era o que eu tinha para falar nesta tarde, Sr. Presidente, eu conto com a compreensão do governo e da secretaria, que eles possam sanar esse grave problema na nossa cidade.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marcinho Oliveira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É com prazer que eu anuncio a presença, nas galerias, dos estudantes que estão visitando o nosso Programa A Escola e o Legislativo, são estudantes do Colégio Estadual David Mendes, do bairro São Marcos. Sejam bem-vindos! Espero que seja uma experiência enriquecedora para todos vocês.

Dando seguimento à ordem dos inscritos, eu convido o nobre deputado Luciano Araújo para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar os estudantes nas galerias; cumprimentar a imprensa; cumprimentar as Sr.^{as} Deputadas; e queria também, aqui, hoje, Sr. Presidente, prestar uma homenagem

a todos os deputados da CCJ por conduzirem a sabatina de ontem tanto com a primeira candidata quanto com o segundo candidato. Queria parabenizá-los em nome da nossa presidente, a deputada Maria del Carmen, pela condução daquela sabatina.

Ontem nós, deputados, demos o exemplo de democracia, ontem nós demonstramos o que é democracia. E eu queria também... Não posso deixar de parabenizar a condução das duas lideranças, do líder Rosemberg e do líder Alan pela maneira como conduziram aquela sabatina.

Quero também aproveitar o momento e parabenizar os dois candidatos, tanto a candidata Aline quanto o candidato Tom, que demonstraram firmeza e demonstraram capacidade para a função de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. Portanto, Sr. Presidente, quero deixar registrado que a CCJ, ontem, deu exemplo de democracia para a Bahia e para o Brasil.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Luciano Araújo, eu tenho certeza de que os líderes e a comissão da CCJ se sentem recompensados pela fala de V. Ex.^a.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando seguimento, eu convido o nobre líder da Minoria, Alan Sanches, para utilizar o tempo de 5 minutos, se assim o desejar, porque V. Ex.^a tem tempo suficiente para fazer sua preleção.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, queria saudar essa garotada, nosso futuro, o da nossa Bahia, do nosso Brasil, bem-vindos! Bem-vindos! Tenho certeza de que daí, de vocês, sairão vereadores, deputados, médicos, professores, historiadores, advogados, tenho certeza disso, contem com esta Casa aqui, contem com o nosso mandato.

Pois bem, gente, hoje eu quero trazer um tema que eu estava esperando há alguns dias, presidente Zé Raimundo, quero falar sobre a regulação. Eu acho que a gente precisa trazer essa discussão para esta Casa.

O governo do estado, porque o governo de Jerônimo é uma continuidade do governo Rui Costa, de quem ele foi, inclusive, secretário... Então, ele não precisa de 100 dias para tomar pé das situações, deputado Matheus. Foram feitos, se não me engano, e alardeado aí, mais de sete hospitais, mas a regulação continua com a mesma dificuldade. Existem dias – para que V. Ex.^{as} tenham conhecimento – em que mais de 250 pessoas amanhecem nas UPAs de Salvador esperando regulação, ou para exames ou para alguma transferência para tratamento angiológico, cuja dificuldade é tremenda no estado da Bahia, ou para qualquer tratamento: vascular, cardiológico, neurológico... Pelo amor de Deus!

Então, o que é que eu peço ao governo do estado? Eu peço, independentemente de coloração partidária, que a gente possa se unir, que a gente possa debater, discutir e ajudar a Secretaria de Saúde a resolver esse problema, que não é da Oposição, não é da Situação, é dos baianos. É um problema gravíssimo, gente. Eu não vi, até o momento,

se debater isso, nem o governo do estado dar uma linha dizendo qual a solução que ele pretende trazer.

No governo passado, do qual o atual governo é a continuidade, quero chamar a atenção, o ex-secretário construiu ao lado da Secretaria de Saúde, que é o prédio amarelo aqui no Centro Administrativo, para quem não conhece... Existe um anexo lá dizendo “Central de Regulação”, ele acreditava que a Central de Regulação precisava do contato físico, a proximidade com a secretaria, pensava que era só atravessar o corredor para resolver o problema da regulação, e não foi, não é dessa forma.

Nós precisamos de sistema, é preciso que a gente tenha, Sr. Presidente, uma gestão de leitos para que a gente possa transferir os nossos pacientes. Não é possível... Eu desafio aqui... Hoje alguns deputados estão nos acompanhando de seus gabinetes, de forma virtual, mas eu desafio só os que estão aqui no Plenário a me dizerem quem não recebeu, nesta semana, um pedido de transferência e regulação.

Isso não pode acontecer! Isso não pode continuar acontecendo! Eu acho e eu queria fazer uma solicitação ao deputado Rosemberg, sem cor partidária neste momento, deputado Rosemberg, para que a gente pudesse avançar nesse tema da regulação e pudesse trazer a nossa secretária de Saúde do estado, a Sr.^a Roberta – me parece que é Roberta –, que ela pudesse vir fazer uma explanação ou debate, o que ela quisesse, sobre o que a Bahia e este governo do estado têm feito para a gente solucionar de vez a regulação no estado da Bahia.

Eu acho que já passou da hora, deputado Rosemberg, de ser chamado “fila da morte”, tem que ser chamado “fila da vida”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando segmento à ordem dos inscritos, eu convido o deputado Pedro Tavares para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, galerias, tivemos uma importante reunião hoje, na Comissão de Infraestrutura, em que pudemos debater diversos assuntos relacionados à infraestrutura, desenvolvimento econômico e turismo.

Eu tive a oportunidade de fazer uma solicitação ao governo do estado para que implante, para que seja implantado, na cidade de Irecê, um grupamento do Corpo de Bombeiros. É uma cidade importante, com mais de 70 mil habitantes, polo de uma região que tem sofrido pela desassistência na hora que necessita de atendimento de urgências. Se tivesse um grupamento do Corpo de Bombeiros na cidade de Irecê que atendesse toda região, a cidade não passaria pelas diversas dificuldades que vem passando.

Então, fica aqui a minha cobrança ao governo do estado para que possa implantar uma unidade do Corpo de Bombeiros na cidade de Irecê.

Também debatemos sobre a questão de uma estrada importante, uma estrada que sempre foi o sonho de uma região, que foi a estrada que ligava e que liga Ilhéus a Itabuna. É uma BR, a BR-415, está aqui a deputada e amiga Soane, que conhece aquela realidade. A população da região sempre sonhou em ter uma duplicação, essa duplicação não foi possível, e foi feita uma estrada alternativa, que é a BA-649.

O governo, o governador, juntamente com os deputados... Estão ali o deputado Raimundinho da JR, o deputado Rosenberg, não sei se a deputada Soane também visitou o canteiro de obras... Eu solicitei que a gente possa, por meio da Comissão de Infraestrutura, visitar as obras dessa estrada. É uma estrada importante. Agora, eu tenho sérias dúvidas quanto à sua eficácia porque é uma estrada que vai do Banco da Vitória até Itabuna, ou de Itabuna até o Banco da Vitória. Então, o engarrafamento vai e pode continuar de Ilhéus até o Banco da Vitória ou do Banco da Vitória até Ilhéus.

Eu acho importante que a Comissão de Infraestrutura possa visitar, conhecer a obra, saber se esse traçado vai ser realmente o traçado eficaz para que acabe com o engarrafamento. Este é um sonho da região, repito aqui à minha amiga e deputada Soane Galvão, que conhece tão bem aquela realidade.

Eu queria fazer esse pedido, e fiz esse pedido, que foi aprovado hoje na comissão, para que a gente possa, um grupo de deputados, conhecer o traçado dessa obra, conhecer o traçado dessa estrada, para que essa estrada possa, realmente, satisfazer a região, satisfazer e ser útil para que a região possa, sim, ter uma estrada de qualidade, que acabe definitivamente com engarrafamento no trecho que liga Ilhéus a Itabuna.

Também tive a oportunidade de falar sobre a Chapada Diamantina, que foi premiada recentemente como um dos melhores destinos turísticos do Brasil, o melhor destino turístico do Brasil, meu amigo Marquinho Viana, que é chapadeiro, que conhece aquela região, as cachoeiras, todos os atrativos naturais que aquela região tem, Mucugê, Lençóis, o Capão, em Palmeiras, Igatu, Rio de Contas, onde V. Ex.^a é muito bem votada, Barra da Estiva, sua terra natal...

E eu fico muito feliz de ver esse destino turístico – eu sou apaixonado também, sou chapadeiro – se tornar o melhor destino turístico do nosso país, mostrando a força do nosso estado, a beleza da Bahia para todo o Brasil e para todo o mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Penalva: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado Penalva.

O Sr. Penalva: Quero aqui me associar ao nobre colega Pedro Tavares por todas as indicações e pleitos feitos ao governador, principalmente, deputado Pedro, com relação ao grupamento do Corpo de Bombeiros no município de Irecê, município polo regional que precisa urgentemente ter implantado esse batalhão, esse grupamento do Corpo de Bombeiros.

Parabéns, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado Penalva, não foi bem uma questão de ordem, mas fica aí o apelo ao nosso governador para cuidar dessas solicitações.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando seguimento, eu convido o nobre deputado Rosemberg Pinto, líder da Maioria, para usar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidoras, servidores, imprensa, visitantes, presidente, primeiro, eu quero aqui dividir a alegria do aniversário do deputado Paulo Rangel, porque eu estive com ele hoje, pela manhã, e não sabia que era aniversário dele. Eu já recebi o recado de que ele quer receber todos os deputados agora à noite, eu acho que num jantar.

Então, parabenizar o deputado Paulo Rangel, e obviamente vou verificar se esse jantar está de pé. Eu soube que vai ter uma missa aqui às 19h, 19h30min. Além de ser um convite do governador Jerônimo Rodrigues, lá também o padre irá abençoar o aniversário de Paulo Rangel.

Mas, presidente, eu ouvi aqui o deputado Alan sobre a questão da regulação. Deputado, a regulação é um problema que nós estamos enfrentando. Nós estamos com dificuldades de resolver essa questão, sim, já faz algum tempo. No passado era diferente, as pessoas iam para a fila e morriam esperando porque era um deputado, era um amigo do governador, era um amigo de um que pedia para que pudesse ser atendido com prioridade, e as outras pessoas não tinham a possibilidade de serem atendidas.

Agora, com a regulação, se cria uma rede no sentido de garantir o atendimento a todas as pessoas. É lógico que, em um estado em que ainda se tem um déficit de leitos hospitalares e de UTIs muito grande – o deputado Alan, que é médico, sabe disso –, é lógico que nós ainda temos uma dificuldade de atender. Mas esse é um ponto crucial da campanha do governador Jerônimo Rodrigues para atacar a questão e buscar uma solução, o que é a vontade de todos os baianos e de todas as baianas.

Ainda há 15 dias, o governador fez uma reunião com todos os representantes, os trabalhadores, os gestores da área da regulação para que a gente possa encontrar caminhos para minimizar esse problema. É lógico que, para isso, é necessária a ajuda das prefeituras, principalmente das maiores, que podem dotar os municípios de hospitais, de unidades de UTI, para que a gente garanta um melhor atendimento na saúde. Mas, em vez de fugirmos da questão, do problema, deputado Alan, entendemos que ele precisa ser resolvido, e o governador Jerônimo tem trabalhado muito no sentido de buscar uma solução.

Quero aqui, presidente, aproveitar para dizer que, na próxima segunda-feira, o presidente da Petrobras virá à Bahia para debater a retomada, no estado, da Petrobras, que saiu de todos os lugares... Eu fiz um grande desafio, deputado Alan: que ele viesse aqui na Assembleia para se reunir com todos os deputados da Base do Governo e da Base da Oposição, porque, quando, aqui, eu conclamei todos os deputados a defenderem a Petrobras na Bahia, entendi que essa não deveria ser uma bandeira do PT e do PSD, mas uma bandeira de todos os partidos, de todos os parlamentares. Por isso que eu queria aqui, na próxima segunda-feira, às 15h, realizar uma reunião só com os deputados da Base do Governo e da Base da Oposição.

Então, eu quero externar esse convite e depois, numa questão de ordem, presidente, dirimir uma dúvida com relação ao funcionamento das comissões numa questão específica da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, mas farei isso em questão de ordem.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Obrigado, nobre deputado Rosemberg Pinto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Em seguida, eu convido o deputado Pablo Roberto para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Zé Raimundo, Sr.^{as} Deputadas e Deputados, imprensa, todos que nos acompanham pelos meios de comunicação. Quero dizer, Srs. Deputados e Deputadas, que venho a esta tribuna hoje para falar de um projeto de lei de nossa autoria que foi apresentado aqui, na Assembleia Legislativa da Bahia.

Quero dizer também que, no ano de 2013, caro presidente, momento em que assumia, que exercia, na verdade, o mandato de vereador na cidade de Feira de Santana, em uma ocasião em que a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) discutia com o município de Feira de Santana o processo de renovação de um convênio, nós tivemos a oportunidade de conversar muito com a população feirense, com os vereadores, com o governo e com a Embasa também na época.

Naquela ocasião, apresentamos um projeto de lei...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PABLO ROBERTO: Está uma confusão danada aqui atrás.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Silêncio, por favor, há um orador na tribuna.

O Sr. PABLO ROBERTO: (...) apresentamos, naquela oportunidade, um projeto de lei que disciplinava, caro deputado Zé Raimundo, Luciano, Diego Castro, a cobrança da tarifa de esgoto na conta de todos os baianos.

Naquele projeto de lei, na época, na Câmara Municipal de Feira de Santana, nós chegamos ao entendimento de que a redução iria até 80%. Afinal de contas, a cada R\$ 100 que a Embasa nos cobra, R\$ 80 é referente à cobrança de esgoto. Então, esse projeto foi aprovado na cidade de Feira de Santana. O prefeito, na época, não sancionou, mas a câmara municipal promulgou, a lei entrou em vigor, a Embasa recorreu em primeira instância, perdeu, recorreu ao Tribunal de Justiça da Bahia, perdeu também, e atualmente essa ação encontra-se em Brasília aguardando julgamento.

Eu não tenho a menor dúvida de que, mais cedo ou mais tarde, o Superior Tribunal de Justiça vai julgar de forma favorável ao município de Feira de Santana, isso por já haver, na mais alta corte do país, o entendimento de que cabe também aos municípios do Brasil inteiro opinarem acerca do valor da tarifa de esgoto que será cobrado.

Mas, não satisfeito com essa situação, nós apresentamos o Projeto de Lei nº 2.427/2003 com algumas mudanças em relação àquele que nós apresentamos em Feira de Santana. Então, o que apresentamos nesse projeto agora... Eu espero contar muito com a sensibilidade das comissões na celeridade dos pareceres, com cada um e cada uma das deputadas e deputados que querem, de fato, ver esse projeto acontecer e beneficiar tantos baianos que hoje não têm condições, caro deputado Matheus, de pagar o valor que a Embasa quer, principalmente depois do último reajuste que o governo do estado, o governador Rui Costa, na época, no finalzinho do seu governo, autorizou, algo em torno de 12%...

O projeto de lei diz o seguinte: aqueles que tenham a renda per capita de até um salário-mínimo pagarão 25% do valor da sua conta no total, com tarifa de esgoto. Aqueles que ganhem até dois salários-mínimos de renda per capita, eles pagarão 35%. Aqueles que tenham renda per capita de até dois salários e meio, que eles possam pagar de tarifa de esgoto até 45%.

Acho que este projeto de lei, caro líder do Governo, deputado Rosemberg, é um projeto importante para os baianos. Mais de 42% da população baiana, segundo o último censo IBGE 2020, ainda não têm o serviço de esgoto nas suas residências. Então, a Embasa, ela tem ainda um débito histórico com a população baiana e acho que este projeto já causa, já traz, já leva, diretamente, uma questão, sobretudo, de justiça social para aquele povo que não tem as condições de pagar esse valor.

Outro dado que é importante colocar, também, que a lei nacional do saneamento básico até autoriza a Embasa cobrar 80%, mas a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Embasa precisa, para concluir, Sr. Presidente, ela precisa apresentar para o povo baiano o porquê isso é cobrado de forma geral, sem dar as devidas respostas. Então, eu quero acrescentar isso à importância desse projeto. Espero que a Casa possa dar celeridade a isso, a Mesa Diretora, e que os deputados possam, também, ser sensíveis a esta matéria muito importante para o povo baiano.

Boa tarde a todos.

Obrigado.

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Pablo Roberto.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Raimundinho da JR para falar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu estou pautando essa questão de ordem, já no Pequeno Expediente, porque a ideia é a de que, assim que acabe o Pequeno Expediente, não terá a Ordem do Dia. E, em conversa com o deputado Alan, encerradas as falas, nós encerraríamos a sessão.

Mas eu quero pautar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado, esclareça se foi feito o acordo para continuarmos com o tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Tempo de 5 minutos, após o primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O Pequeno Expediente. É isso, nobre deputado? Então, eu quero dizer aos deputados que, neste caso, tudo bem. Então tem uma inscrição que passa os 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, eu queria já pautar para que assim que terminasse o tempo, colocasse...

Vejam, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, houve uma votação. Eu pedi uma questão de ordem na comissão, uma vez que a comissão estava funcionando sem a devida correlação, ou seja, havia cinco deputados, sendo que não havia nenhum deputado componente da Base da Oposição, ou seja, estavam ausentes. Eles substituíram os deputados da Base do Governo, e votaram uma proposição, sem o quórum necessário.

Então, eu levantei a questão de ordem para que, nessa questão de ordem na comissão, nós submetêssemos o assunto ao entendimento da Casa, porque eu pedi a suspensão das decisões tomadas numa sessão de comissão que não tinha quórum, para essa tomada de decisão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr. Líder, este é um debate regimental. Na verdade, a questão de ordem deveria ter sido feita, lá, na comissão, no momento. Quem presidia a comissão poderia até...

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu fiz a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Levaremos o problema para a Mesa.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu fiz a questão de ordem. Isso. A mesma foi negada pelo presidente da comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu estou trazendo o assunto para V. Ex.^a levar o problema para a Mesa Diretora da Casa, que regula essa questão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre líder.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) obviamente, se for validada a posição da comissão, isso será sem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem. Aqui e acolá. Vamos levar para lá.

O Sr. Rosemberg Pinto: Senão, seria suspensa a decisão.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente? Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Primeiro, sobre o assunto, não caberia uma questão de ordem do nobre líder Rosemberg. Já que ele resolveu fazer esta questão de ordem...

Eu, inclusive, estava presente na comissão; inclusive, discuti a lei com o meu amigo e professor Geraldo, o art. 50, do Regimento Interno, fala sobre a composição da proporcionalidade para a formação da comissão. Ponto. O artigo não está falando da substituição do suplente como titular.

Se o nobre deputado, porque, lá, o maior número de membros dessa comissão é de deputados que fazem parte do bloco da Maioria, e eles não estavam presentes para assim dar quórum para a formação da comissão, a comissão estivesse, os deputados que são suplentes, independente da agremiação partidária que faça ou do lado político que faça, deram presença e fizeram o seu papel na comissão.

O Regimento é muito claro. Está dizendo que a proporcionalidade é para a formação da comissão. Pronto. Essa proporcionalidade foi respeitada. Foi feito o acordo entre as lideranças do Governo e da Oposição e se formou um bloco de comissão.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. Samuel Junior: O que cabe, aí, é o nobre colega, na próxima semana, pedir aos seus pares do governo para se fazerem presentes na comissão. E, aí, sim, eles terão maioria como deputados de governo, na qualidade de membro titular. Mas o Regimento não fala que a substituição tenha de ser de um lado ou de outro.

E, aí, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não cabe questão de ordem para este assunto, porque nós estamos no Pequeno Expediente. Aqui é para ouvirmos o nobre orador, o professor Raimundinho, que está ali pronto para fazer um discurso acalorado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu sugiro que esse tema, essa questão de ordem foi lá, na comissão. Não é aqui.

A questão de ordem é para os trabalhos em Plenário...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, presidente?

O Sr. Samuel Junior: (...) estava presidindo a sessão, o presidente da comissão. Ele deu o indeferimento da questão de ordem, lá.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto. Eu entendi. Foi uma espécie de recurso oral que o nobre deputado Rosemberg fez aqui; um recurso oral no Plenário para levar para a Mesa. Seria importante até que isso fosse materializado numa pequena exposição de motivo para que a Mesa apreciasse e fixasse uma jurisprudência.

Então seguindo...

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Se for sobre esta matéria ainda, nobre deputado Robinson...

Pois não.

Questão de ordem para o deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, eu sou membro da comissão, sou suplente na comissão. Como disse o querido deputado Samuel Junior, elas, as comissões são montadas na proporcionalidade entre Maioria e Minoria. Os suplentes são na proporção que está representada na sua titularidade.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

O Sr. Robinson Almeida: Se a Maioria tem cinco, ela tem três suplentes; se a Minoria tem três, tem um suplente. Eu não pude participar. A proporcionalidade é matéria básica elementar, a proporção diz isso.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Robinson Almeida: Eu gostaria que o senhor garantisse a minha palavra.

Está, lá, escrito no Regimento a proporcionalidade. Se o senhor não sabe o que é proporcionalidade... Quanto à composição da comissão, ela é composta quando ela está funcionando. Ela está instalada e composta.

Portanto, Sr. Presidente, eu não pude estar presente, porque eu tive que ir ao sepultamento de Pitangueira, ex-diretor-geral do Hospital Geral Clériston Andrade. Por isso, estive ausente.

Para minha surpresa, repito, para minha surpresa, outros deputados assumiram a titularidade. E quem deveria assumir a titularidade seria eu, porque eu sou suplente para assumir minha vaga. Eu não posso ocupar a vaga de outro não, deputado. O senhor vem para a Bancada da Maioria, o senhor vem para a Bancada da Maioria.

(O Sr. José de Arimateia fala fora do microfone.)

Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Nobre deputado, por gentileza, deixa eu formular a minha questão de ordem. Deixe-me formular a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, colegas! Colegas deputados, vamos ouvir para estabelecer o contraditório.

O Sr. Robinson Almeida: O deputado José de Arimateia só pode assumir quando o deputado Pablo estiver ausente, porque ele é o suplente do deputado Pablo; ele não é suplente de um deputado da Bancada da Maioria. Então, a suplência é equivocada e inadequada. Por isso, o ato da comissão é nulo. Eu peço a revogação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Olhe, eu acho que esta matéria pode ser tranquilamente debatida...

O Sr. Dr. Diego Castro: Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momentinho, deixa eu...

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, eu proponho...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momentinho. Eu estou presidindo a reunião. Estou esclarecendo a matéria. Se o senhor quiser me ouvir...

O Sr. Dr. Diego Castro: Eu vou ouvir. Eu só quero que o senhor me conceda a questão de ordem que pelo Regimento precede, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Essa matéria... V. Ex.^a tem que, em primeiro lugar, respeitar quem está presidindo a Mesa.

O Sr. Dr. Diego Castro: Eu estou respeitando. Só estou pedindo com educação... Garanta.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O senhor respeite a Presidência. Eu vou dar. Tempestivamente, darei a questão de ordem a V. Ex.^a, mas eu estou dizendo que essa matéria é contraditória. Vamos debater essa matéria com mais calma, com mais paciência, com mais tempo, lá, na Mesa Diretora, se for o caso. Aqui, foi feito o recurso.

Mas V. Ex.^a pediu questão de ordem. Eu concedo a questão de ordem a V. Ex.^a, deputado Diego.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, aí eu me pergunto. Quanto a essa questão, ela fala na composição. Foi feito, lá, o “elencamento” das cadeiras. Há os suplentes. Isso é como um time de futebol. Agora, se nesse time de futebol, os suplentes, que eu diria que são os reservas, o governo não faz sua parte como titular, jogando seus jogadores no departamento médico, é claro que os demais têm que compor para dar quórum e a gente aprovar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): E o reserva pode entrar com o titular em campo?

O Sr. Dr. Diego Castro: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O reserva entra com o titular em campo?

O Sr. Dr. Diego Castro: Pode sim, desde que ele não compareça, presidente. A regra é clara. Ou, então, vamos chamar Arnaldo Cezar Coelho para dar o parecer aqui.

Então, presidente, a regra é clara. Não vejo nenhum vício de formalidade na aprovação dos requerimentos feitos, hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas, pela ordem, é o seguinte: vamos requerer, vamos fazer esse debate, lá na Mesa.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Porque eu quero seguir o Pequeno Expediente. Há o nobre deputado Raimundinho da JR, ali, para falar, e ainda mais dois deputados.

O Sr. Alan Sanches: Com a sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas como a liderança tem o privilégio de não ser só um deputado...

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) mas de representar, eu concedo a V. Ex.^a a questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, esta Casa tem trabalhado. Eu ouvi, atentamente, o deputado Rosemberg, o deputado Robinson. Mas, também, além da proporcionalidade, esta Casa tem trabalhado nos acordos. Estou procurando só essa comissão. Veja bem, nesta Casa, nessa comissão, na comissão, nós só temos dois, ou seja, a Bancada da Minoria só tem dois membros titulares.

O Sr. Samuel Junior: Parece que o microfone daqui está melhor.

O Sr. Alan Sanches: Acho que acabou a pilha do microfone.

E, com relação à Base do Governo, tem seis deputados. Então, ficam seis a dois.

Não entendemos por que a proporcionalidade é inversa na suplência. Nós temos três, e o governo tem um. Sendo assim, não posso, apesar de ter entendido todo o esclarecimento, deputado Robinson Almeida, que está correto no seu pensamento, mas os nossos três suplentes não podem, em hipótese nenhuma, ser responsáveis, porque nunca foi nesta Casa assim, os suplentes só serem suplentes de um lado.

Eu acho que...

(A deputada Fátima Nunes fala fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Não. Os suplentes são os suplentes da comissão, quando eles botam, certo? Não existe suplente de membro de governo ou de membro de oposição. Nesse momento, eles são suplentes.

O que eu vejo, sinceramente, pode ser chamado... V. Ex.^a, com a sua inteligência professoral, sabe que há uma desproporção de suplências. Nós estamos com três suplentes com vontade de trabalhar. Então, os nossos três suplentes se apresentaram na comissão.

Eu acho que V. Ex.^a foi perfeito em sua colocação, mas precisava que a gente trouxesse este tema para que a Casa pudesse resolver. Não só V. Ex.^a agora, como presidente desta Casa, e também desta sessão, mas que a Casa possa se sentar e resolver este imbróglio da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito bem. Está esclarecida a questão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Raimundinho da JR pelo tempo de até 5 minutos.

Raimundinho quase ia desistindo, não é, Raimundinho? O debate esquentou, e V. Ex.^a saiu. Pois não, deputado, por favor.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres, colegas. Boa tarde, nobre, deputada Maria del Carrmen. É com muito prazer que estou, hoje, ao seu lado representando também as mulheres, ouviu? Quero dizer que eu virei seu fã, pela atitude que a senhora conduziu, ontem, aquela sessão maravilhosa, com muita tranquilidade. Quero parabenizar V. Ex.^a.

Quero chamar, também, atenção desta Casa, porque, na última segunda-feira, nós tivemos um episódio que o governador anterior tinha proibido, no estado da Bahia, a existência de festas tipo paredão. Eu acho que não precisa proibir. Eu acho que a gente precisa se organizar e ter segurança.

Digo isso porque, na última segunda-feira, na cidade de Eunápolis, foram perdidas duas vidas. Dentre elas, havia um policial militar, numa festa de paredão. Não havia segurança naquele ambiente onde estava acontecendo a festa de paredão. Eu chamo a atenção das autoridades. Quanto à festa de paredão, acho que não precisava proibir.

Porém, deve-se chamar os prefeitos daquelas cidades que vão ter esse tipo de evento. Que se tenha um alvará de funcionamento, que se façam as coisas com responsabilidade, que se mantenha o mínimo de estrutura.

A gente vê coisas nessas festas de paredão que até eu gosto, nada contra, mas a gente vê as condições muito precárias. Nós não temos estrutura, nem a mínima. A gente não vê, nessas festas de paredão, um detector de metal, não vê um banheiro químico, e a segurança é ao Deus dará.

Por isso, eu quero dizer que nós fizemos no estado da Bahia, na nossa capital Salvador... Quero, também, parabenizar o nosso vice-governador pela realização da maior festa do planeta. Você veja que o índice de violência diminuiu, a mortalidade diminuiu.

Em um dia, numa festa paredão, perdemos duas vidas. Já houve episódio de ter muitas vidas perdidas. Chegamos a ter oito vidas ceifadas em um só evento, que o então governador tomou a decisão de proibir. Quero chamar, aqui, o nobre colega e líder do Governo para que a gente tome uma providência a respeito das festas de paredão.

Vamos ter de botar organização, segurança, dar um pouquinho de estrutura para que aqueles jovens que vão brincar, brinquem com segurança. E que a gente não veja, no Diário Oficial ou nas páginas policiais, perda de vidas, como a gente viu na cidade de Eunápolis. Isso é muito triste para nosso estado.

Eu acho que isso é uma forma de a gente prevenir a segurança do nosso estado através de uma lei. Vamos buscar esse entendimento nessa Casa. Que os prefeitos se responsabilizem quando tiverem essas festas de paredão, que tenham o mínimo de critério, para que a gente faça a brincadeira com segurança e com muita transparência.

Então, eu quero, aqui, chamar a atenção para isso. Quero dizer que estou de acordo com os paredões, mas não sem segurança.

Era só o que eu tinha que dizer.

Muito obrigado a todos vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma verificação de quórum para que a gente continuasse a sessão, porque já são 15h37min. Existe um acordo para o tempo, mas não existe um acordo para a questão do quórum. Então, gostaria que V. Ex.^a verificasse o quórum. E, se houver quórum regimental, a gente continua, conforme o acordado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu tinha entendido que seria o tempo dos escritos, pela questão de ordem.

Eu pergunto aos líderes se foi ou não feito o acordo para nós continuarmos com esta sessão.

O Sr. Samuel Junior: Não. Foi feito um acordo do tempo, mas não da questão de ordem que eu pedi a V. Ex.^a. Mas, como meu colega deputado Robinson disse que vai me dar um presente hoje, ele está me solicitando para que eu retire a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Veja, nós temos inscritos ainda os deputados Dr. Diego Castro e Samuel Junior. Há, ainda, a inscrição dos deputados Robinson Almeida e Olívia. Falam todos pelo acordo?

O Sr. Samuel Junior: Eu já retirei, Sr. Presidente, a questão de ordem, a pedido do meu colega Robinson, porque ele disse que vai me dar um presente hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelo Regimento?

O Sr. Samuel Junior: Pelo Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, não há quórum para a continuidade...

O Sr. Samuel Junior: Não. Eu estou solicitando a V. Ex.^a a retirada da minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a retira a sua questão de ordem para continuar a sessão, respeitando o acordo. Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Não é respeitando o acordo, mas respeitando a solicitação do colega, porque o acordo foi para o tempo. Eu estou retirando minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Segue o Pequeno Expediente até o número de inscritos. Foi isso o que me passaram, aqui, na Mesa.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Seriam, no Pequeno Expediente, 5 minutos para cada deputado que queira utilizar a palavra, até o último inscrito. Eu fui à Mesa. Questionei a V. Ex.^a sobre quem estaria inscrito. V. Ex.^a me falou que eram os deputados Samuel, que já retirou a inscrição, Diego, Olívia e Robinson.

Vamos organizar, Sr. Presidente, com a sua tolerância, líder. A deputada Olívia... Não nessa ordem. A ordem é o senhor quem vai determinar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A ordem é: Diego; Samuel Junior, que retirou; Robinson e Olívia.

O Sr. Leandro de Jesus: Eu também me inscrevi.

O Sr. Alan Sanches: Estão inscritos, ainda, os deputados Arimateia e Leandro. Depois disso, acabaram-se as inscrições. Deputado Rosemberg e deputado Alan Sanches.

O Pequeno Expediente já acabou às 15h30min. Agora, é o acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, seguindo, agora, com a nova ordenação, concedo a palavra ao deputado Diego Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos, cumprimento a imprensa nesta Casa, os nobres colegas, a Mesa, os funcionários.

Presidente, se aproxima, nesta Casa, um dia muito importante, que é o dia de amanhã, o dia em que escolheremos o novo ou a nova conselheira do importantíssimo Tribunal de Contas dos Municípios.

E me preocupa, Sr. Presidente, pelas questões que já venho falando há muito tempo, como será o rumo das coisas a partir de amanhã. Porque, amanhã, o que vai estar em jogo não é simplesmente a escolha de um conselheiro, mas o que está em jogo, amanhã, é se este Parlamento tem autonomia e força ou se este Parlamento é, apenas, um braço governamental, que eu acredito que não é.

E, presidente, faço um apelo aos nobres colegas deputados para o dia de amanhã! Não votem pela imposição! Não votem pela força política da Maioria! Votem pela consciência de vocês! Votem pela convicção da autonomia e da independência do Parlamento! Votem pensando que esta é uma Casa que tem as suas atribuições próprias, que não é a Casa que deve sofrer interferência de líder político com força no braço Executivo.

Então, senhores e senhoras, colegas, amanhã, votem em Tom Araujo pela independência, e não pela submissão deste Parlamento. Porque, amanhã, se esta Casa não indicar, ou seja, não aprovar a indicação do Tom Araujo para o Parlamento, vocês, amanhã, terão a dívida com a história da Bahia! Vocês, também, terão a dívida com a história do Brasil!

Não deixem acontecer o que aconteceu com a mulher de Waldez Góes, no Amapá; com a mulher de Wellington Dias, no Piauí; com a mulher do Renan Filho, em Alagoas! E, na Bahia, não deixem acontecer com a mulher do atual ministro da Casa Civil da Presidência da República!

Lembrem-se de que, amanhã, quando os filhos de cada um de vocês olharem para os livros didáticos e se reportarem a este dia, vocês vão ter a hombridade de olhar nos olhos deles e dizer: “Fiz o que era correto. Mantive a independência e a autonomia do Parlamento! Pois se, amanhã, o resultado for diferente deste aqui, eu estarei envergonhado em falar de autonomia desta Casa.”

Então, nobres colegas, a votação é secreta! Amanhã, é você, a urna e a cédula de papel! Olha o voto de impresso aí! Vocês não tenham medo! Votem pela verdade!

E, mais uma vez, o caminho das verdades, autonomia e coerência desta Casa é Tom Araujo para o Tribunal de Contas dos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando seguimento ao acordo feito, convido o nobre deputado Robinson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais de imprensa, Sindacs-BA presente, demais pessoas que acompanham nossa sessão pela TV ALBA, boa tarde.

Passo a ler a moção de pesar.

(Lê) “(...) Moção

Requer Moção de Pesar em razão do falecimento de José Carlos Carvalho Pitangueira, Dr. Pitangueira, ocorrido nesta segunda-feira, 06 de março de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário, que seja registrado nos anais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e publicado nos órgãos de comunicação oficiais da Casa, MOÇÃO DE PESAR em memória de José Carlos Carvalho Pitangueira, Dr. Pitangueira, cujo falecimento ocorreu na tarde desta segunda-feira, 06 de março de 2023, em Salvador – BA.

Dr. Pitangueira, como era conhecido, nasceu na capital do Estado, no bairro da Ribeira, península de Itapagipe, em 1947. Formou-se em odontologia, especializando-se em cirurgia bucomaxilofacial. Ao longo dos mais de 48 anos de atividade profissional desempenhou as funções de administrador de unidades de saúde, dentre estas o Hospital Ana Nery, o Hospital Geral do Estado (HGE), o Hospital Roberto Santos, o Hospital Geral de Camaçari dentre muitos outros.

Na legislatura compreendida entre os anos de 2009-2012 desempenhou o mandato de vereador na Câmara Municipal de Salvador, oportunidade em que presidiu a comissão de saúde, planejamento familiar, seguridade e previdência social.

Desde junho de 2013 estava à frente do Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana – BA, e somente deixou de exercer as atividades por conta de recomendações médicas. Muito querido pela população de Feira de Santana – BA, recebeu, em 2017, o título de cidadão feirense pelos relevantes serviços prestados à comunidade. Em 2021 foi agraciado, também, com a comenda Maria Quitéria, a mais importante honraria atribuída pelo Poder Legislativo daquele município.

Figura querida, sempre alegre e amável, teve uma vida dedicada a fortalecimento da saúde pública. Era reconhecido pela abnegação e devotamento ao trabalho. Sob a administração dele estiveram centenas de médicos, enfermeiros, técnicos e profissionais de saúde diversos. Deixa, certamente, um considerável legado na administração hospitalar pública no Estado da Bahia.

Com muita tristeza foi que recebemos hoje a notícia do falecimento dele, aos 75 anos de idade.

Por essa razão, senhor presidente, requeiro que esta iniciativa, em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, seja comunicada aos familiares enlutados. (...)”

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria muito, muito, Sr. Presidente, de me associar a Pitangueira, que foi meu colega vereador, um homem de bem, diretor do Hospital Geral Roberto Santos, passou por tantas dificuldades. Conheci Pitangueira como dentista. Ele era chefe do plantão da quarta-feira no HGE. E eu era estudante, ainda.

Ele fez uma carreira brilhante como... Todos achavam, até, inclusive, que já era médico, porque ele circulava tanto em hospital, coordenava tantos médicos, a equipe médica e odontológica toda. É uma pena! É uma pena que a gente perde um grande diretor, um grande homem.

Me associo às palavras de V. Ex.^a.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, amanhã, comemora-se o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ou seja, dia internacional de luta pelos direitos da mulher.

Essa data, Srs. Deputados, nasceu no início do século passado, depois de uma manifestação de mulheres tecelãs, nos Estados Unidos, reivindicando condições adequadas de trabalho. Essas mulheres reivindicavam a jornada diária de 8 horas de trabalho. Depois de uma paralisação por não suportarem o trabalho de 16 horas diárias, os patrões, ao invés de atender às suas justas reivindicações, atearam fogo na fábrica.

Então, o dia 8 de março foi definido o dia internacional de luta da mulher, em memória a essas operárias dos Estados Unidos, simbolizando a luta de mulheres em todo o mundo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu falo isso, porque, nos dias de hoje, ainda permanecem as desigualdades. As mulheres tiveram várias conquistas no decorrer do século XX, no início do século XXI. Mas ainda resta muito a conquistar. O direito ao voto no Brasil, por exemplo, só foi conquistado em 1930. Hoje, nós temos mulheres exercendo as mesmas atividades e com salários diferentes dos homens.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quanto à ocupação dos espaços de poder, isso é retrato dessa desigualdade. Esta Casa, também, espelha esta desigualdade, onde mais de 50% da humanidade e das sociedades baiana e brasileira não são representadas por mulheres nas Casas Legislativas e no Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Portanto, Sr. Presidente, eu chamo todos a reflexão, pois, amanhã, não é aquele dia que o homem dedica a tratar bem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua! Conclua!

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: (...) tratar bem as mulheres, porque não adianta ficar 364 dias sem o reconhecimento e no dia 8...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado, por favor. Para concluir.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: (...) e, no dia 8 de março, dar um buquê de flores para as mulheres. Eu quero que a gente entenda que o 8 de março é um momento para além das questões comerciais.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concluindo, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Eu só peço a sua vênia, porque teve uma parte do deputado Alan. Queria que o senhor considerasse que isso fez...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Perfeito, perfeito.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: (...) com que eu prorrogasse e pela relevância do tema das mulheres, e o seu sentimento feminista devem bater mais forte, inclusive.

Então, o meu apelo é que o 8 de março seja encarado como o dia de resistência, luta e denúncia das desigualdades que sofrem as mulheres no Brasil e no mundo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, questão de ordem bem breve.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, soube, agora, pela minha equipe de mídia e pelas pessoas que estavam acompanhando, que o áudio do meu discurso foi cortado através da TV ALBA. O áudio do meu discurso sumiu.

Então, presidente, registrando na Mesa, e as pessoas que estão assistindo, eu espero que o meu áudio esteja saindo agora também. Quero solicitar ao setor audiovisual, na TV ALBA, o registro do áudio da minha fala.

Encaminho, também, o pedido de ajuda para V. Ex.^a, Sr. Presidente desta sessão, reforçar esta questão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito bem, deputado. O apelo e o registro foram feitos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero, aqui, parabenizar a imprensa; saudar também o Sindicato dos Agentes Comunitários de Endemias, que está aqui, esses guerreiros que lutam dia e noite.

Sr. Presidente, é estranha a forma como o deputado Rosemberg quer que as comissões conduzam os trabalhos. Por exemplo, hoje, na Comissão de Saúde, da qual eu sou o vice-presidente... Eu apresentei na semana passada uma pauta de sugestões para ser discutida na Comissão de Saúde. Nós não tivemos quórum. Mas hoje tivemos. E, pasmem, Srs. Deputados, dentro dessa pauta nós estamos convidando a secretária da Saúde do Estado da Bahia para apresentar o plano que vai resolver o problema da regulação, que tem sido maior do que a própria Covid. As pessoas estão morrendo na fila, Sr. Presidente! E pasmem os senhores! Sabem o que foi que aconteceu? O presidente... A comissão é que vai à secretária, fazer uma visita a ela. A comissão! Ora, Sr. Presidente, é um convite! Nós não estamos, aqui, intimando a secretária, nós apenas estamos querendo ouvir qual o plano que o governo tem para a saúde. Já faz 16 anos a questão da regulação e pessoas continuam morrendo na fila.

Eu já fui presidente da Comissão de Saúde, deputado Rosemberg, e, hoje, as policlínicas que existem no estado da Bahia, o que é de fundamental importância...

Nós tivemos o privilégio de visitar a primeira policlínica do Brasil, que foi a da cidade de Caucaia, no Ceará. Este deputado propôs a visita, mostramos para o governo do estado, o governo copiou e está dando certo! O que nós queremos, e estamos questionando, é saber qual a forma de resolver o problema da regulação! Porque vidas estão sendo ceifadas, pessoas estão morrendo dia e noite! Vocês, deputados, se abrirem aí os celulares de V. Ex.^{as} vão encontrar inúmeros pedidos de pessoas, chorando e gritando: “Meu filho está na regulação, mas não foi atendido”. Gente morrendo, chorando! Então, nós queremos apenas ouvir. Mas foi negado. Foi negado porque não foi aprovada a questão de ela apresentar o plano.

E agora, na Comissão de Direitos Humanos, da qual eu sou suplente, dentro da pauta que o presidente Pablo Roberto apresentou, existe a importância de o secretário da Segurança vir a esta Casa apresentar o plano para combater a violência no estado da Bahia, que está sendo notícia nos jornais nacionais e internacionais.

Então, nós não estamos aqui fazendo politicagem!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nós estamos aqui querendo soluções para dois problemas graves: primeiro, a vida das pessoas que estão sendo vitimadas porque não têm um atendimento. Segundo, a segurança da população, que é dever do estado. Isso precisa ser explicado, Sr. Presidente! Isso precisa ser esclarecido! É preciso encontrar a solução para isso, porque durante 16 anos de governo nada disso ainda foi solucionado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, era isso que eu gostaria de deixar. Eu sempre fui um deputado coerente com as informações que trago a esta tribuna. E eu não estou aqui fazendo politicagem. Estou aqui fazendo, sim, o que o povo fala, o que a população fala. Que a imprensa faça pesquisa sobre se não existe um clamor da população para resolver...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) a situação da regulação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando seguimento, convido a deputada Olívia Santana. Pelo tempo de até 5 minutos, poderá ser usada a tribuna.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna por duas razões. Primeiro, eu quero saudar, aqui, e agradecer ao governo do estado, mas saudar a luta do Sindsefaz, que conquistou a realização do concurso de agente de tributos ainda no ano passado. E, agora, ontem nós tivemos a felicidade de abrir o Diário Oficial e ver a convocação dos agentes de tributos, depois de mais de 30 anos sem que houvesse concurso.

E eu tenho muito orgulho do nosso mandato ter sido parte dessa conquista, dessa luta, dialogando com a Secretaria da Fazenda, o secretário Manoel Vitória, secretário Góes, as reuniões que fizemos ao lado do sindicato. E ver materializada essa conquista

é motivo de celebração. A luta continua pela valorização do serviço público, pela realização, também, de outros concursos para outras categorias. Mas eu saúdo aqui o governador Jerônimo Rodrigues pela iniciativa de convocar, já agora, no início do seu governo, os agentes de tributos concursados. E dou, aqui, a cada um deles, e a elas também, as boas-vindas.

A outra questão, presidente, é que amanhã será o Dia Internacional da Mulher. Deputada Maria del Carmen, eu celebro a nossa força, a nossa garra para fazer a luta mesmo em condições adversas. Infelizmente, nesta Casa de 63 cadeiras, nós só conseguimos conquistar oito cadeiras para as mulheres. Isso não é uma derrota particular das mulheres, é uma derrota da sociedade baiana. A democracia fica mais fragilizada, colegas, quando não há mulher participando das estruturas de poder de maneira numerosa. Há uma contradição no mundo inteiro em relação à igualdade de gênero. Aqui, no Brasil, há uma situação absurda, porque alguns segmentos obscurantistas demonizaram a agenda da igualdade de gênero, desvirtuando para uma visão religiosa, o que não contribui para o avanço civilizatório.

Portanto, nós estamos aqui para fazer esse apelo feminista: que todos os mandatos desta Casa trabalhem para que mais mulheres possam ocupar espaços de poder, espaços de decisão em diversas áreas, não apenas aqui, que é um centro de poder político, mas nas diversas áreas da vida social.

Quero dizer que o governo do estado da Bahia, o nosso governador Jerônimo – eu acredito e confio – trabalhará para este avanço.

Nós aprovamos na Comissão dos Direitos da Mulher, líder Rosemberg, o pedido de uma audiência com o governador, o que eu espero que V. Ex.^a nos ajude a conquistar. Será muito importante que o governador receba as oito, ou melhor, as dez mulheres que têm mandato nesta Casa não só para fotografia, mas para ouvir a nossa agenda de reivindicações. Nós que contribuimos com o governo de Jerônimo queremos também que ele contribua com a pauta do avanço das mulheres, tanto no que diz respeito à requalificação urgente das delegacias, das DEAMs, delegacias especializadas em atendimento às mulheres, como no que diz respeito também a avanços nas carreiras das mulheres.

O governador fez um esforço importante em garantir secretarias com secretárias na titularidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E nós temos também de destacar que o governador deu orientação a todas as secretarias e não apenas à SPM para fazerem amanhã, no dia 8 de março, uma grande ação de serviços públicos voltados para as mulheres na Fonte Nova, o que é uma iniciativa muito importante para garantir não só a celebração do Março Mulheres,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas das políticas públicas voltadas para todas nós, mulheres, na Bahia.

Finalizo também mandando um abraço para a equipe do Hospital da Mulher, uma conquista ainda no governo de Rui Costa, que já realizou até agora mais de 70 mil cirurgias para mulheres, o que, portanto, é uma política pública concreta de atenção à saúde da mulher.

Então, fica, aqui, o nosso registro e a nossa luta...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) pelo fim dos feminicídios em nosso estado, pela vida das mulheres e pelo empoderamento de todas as mulheres.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Olívia.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria dirimir uma dúvida aqui, porque eu não consegui alcançar.

O Bloco Parlamentar PL/Solidariedade – eu queria até ouvir o deputado Vitor Azevedo aqui ou o deputado Luciano Araújo – pertence ao bloco do Governo ou ao da Oposição? Por que eu questiono isso? Eu recebi aqui os horários das lideranças, e V. Ex.^a é extremamente conhecedor disso também, e V. Ex.^a disse aí: "Concedo a palavra ao nobre líder de governo, se for o caso, do grupo partidário do deputado Rosemberg, e da Minoria ou o líder do partido ou o do bloco parlamentar". Então, quem vai indicar o orador será o líder de uma das bancadas ou, na ausência do líder, ou do vice-líder, o líder da bancada ou o do partido. Aí, vai: "que concedo a todos também, ao líder da Maioria ou da Minoria ou do bloco parlamentar 'b ou c'". Quando chega ao Bloco Parlamentar PL/Solidariedade não existe o líder da Minoria nem o líder da Maioria, só o nobre líder do bloco parlamentar. Para essas coisas a gente não pode abrir precedentes, porque precisa virar uma jurisprudência nesta Casa, um entendimento geral.

O que eu quero dizer... Eu fui questionar ao grande conhecedor, amigo querido nesta Casa, o nosso secretário, orientador, Carlos Machado, e ele me disse que não, porque não pertence a um nem a outro. Tudo bem, eu acho que tem que ter a indicação, esse bloco parlamentar tem que se indicar: "Eu pertenço a tal bloco", ou assinar a indicação do líder do Governo.

Porque eu, dizendo isso, não posso aceitar que seja um bloco independente. Absolutamente nada contra os colegas, a gente só precisa deixar claras as coisas aqui. Então, como o bloco pode ser independente se o vice-líder de governo pertence ao bloco da Maioria? Então, não tem como ter uma independência se um dos parlamentares é oficialmente, na Casa, vice-líder e defensor do bloco da Maioria.

Foi isso que eu não consegui entender, eu não consegui atingir, talvez, a inteligência de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na próxima reunião da Assembleia, do Plenário, nós trataremos todos os detalhes desta composição. Mas, de

antemão, eu estou lendo aqui exatamente a composição do bloco da Maioria: PT, PSD, PSB, Patriota, PCdoB, PSC, PV...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) PP, MDB e Avante; e o bloco da Minoria: União, Republicanos, PSDB e PDT. É o que está...

O Sr. Alan Sanches: Então, ele não pode ser indicado vice-líder do governo. É melhor que ele seja vice-líder do bloco parlamentar para resolver esse questionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Qualquer arranjo, nós traremos na próxima. ...

O Sr. Alan Sanches: Obrigado presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) nos próximos dados, na próxima nominata a gente trará essa dúvida se, por acaso, persistir.

Em continuidade, eu gostaria de... Faltam três oradores para que a gente possa concluir a sessão, mas Rosemberg Pinto, líder da...

O Sr. Rosemberg Pinto: É porque ele fez a questão de ordem.

Veja bem, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, isso trouxe uma dificuldade muito grande, tanto para a liderança da Minoria, quanto para a liderança da Maioria e para a condução na Mesa da presidenta da Comissão de Constituição e Justiça.

O meu entendimento é que não existe bloco independente ao olhar o Regimento. É o meu entendimento. Entendo que existe bloco da Maioria e bloco da Minoria, e os deputados devem fazer a opção. Aqueles que não querem fazer opção, ou os partidos, não terão direito às representações.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: É o meu entendimento, que eu dividi isso com o deputado Alan.

Então, eu acho que vale o registro, mas nós precisamos levar à Mesa Diretora da Casa, que é quem, obviamente, é a proprietária, a guardiã do Regimento da Casa, para que a gente possa tirar todas essas dúvidas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Porque se for no formato em que está, na minha opinião, nós teremos que alterar o Regimento da Casa.

E quando o deputado Raimundinho da JR veio para ser vice-líder do Governo foi no entendimento de que esse bloco estaria também na composição do bloco da Maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Data venia aos líderes. Eu acho que, numa sessão plenária, com a imprensa, com transmissão de televisão nas redes sociais, esses temas não são prioritários. Esses são temas regimentais, burocráticos. Com todo o respeito aos líderes, isso tem que ser tratado lá na Mesa Diretora, na reunião dos líderes, gente.

Aproveitem o tempo de V. Ex.^{as} para divulgar para a imprensa, para as redes sociais temas de maior profundidade para a Bahia e para o Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes, cumprimento a imprensa, os nobres colegas, cumprimento também, aqui, o presidente.

Bem, eu não poderia deixar de me manifestar, enquanto deputado do PL, dentro dessas discussões. Eu faço, aqui, questão de deixar registrado o óbvio, o evidente, aquilo que já foi repetido e do qual eu não abro mão, que é o fato de que eu, Leandro de Jesus, deputado estadual eleito pelo PL, sou oposição a este governo que está aí, eu sou oposição ao PT, e não flexibilizo aqui, no estado, bem como serei – e serei sempre – oposição ao PT, que está destruindo o Brasil, em âmbito federal.

Então, sobre isso não há qualquer questionamento da minha parte enquanto deputado. E faço questão, aqui, de reafirmar e transmitir aquilo que também é decisão do PL. O PL é oposição nacional ao PT, o PL é oposição aqui, na Bahia, e isso é questão decidida, ponto que não se discute.

E por que Leandro de Jesus, por exemplo, é oposição? Porque isso está dentro, inclusive, do que vou trazer aqui. A deputada que me antecedeu falou, citou, aqui sobre a questão que se refere à perseguição religiosa.

Ora, falando de partidos que têm a ideologia comunista ou a ideologia esquerdista, que tanto persegue cristãos, que massacra cristãos, e que esse filho do Satanás que hoje ocupa a presidência da República apoia, por exemplo, ao governo genocida, ditatorial de Ortega, da Nicarágua.

Ou será que se esqueceram do que está acontecendo na Nicarágua? O povo cristão, padres, freiras, cristãos de um modo geral, estão sendo perseguidos e massacrados por um governo ditatorial apoiado por Lula! Apoiado por partidos de esquerda! Apoiado por líderes de esquerda deste país, que deveriam ter vergonha! Vergonha! Essa é a palavra.

Eu leio aqui para vocês, para rememorar. Vamos rememorar para refrescar a memória de vocês, colegas: “Depois de expulsar freiras e prender bispo, Ortega compra briga com o Papa.” Prender, perseguir...

Cadê Lula? Cadê a paz e o amor? Mentiram para o povo brasileiro! Mas não era de se esperar nada diferente, é o rei da mentira, o enganador, o enviado do Satanás para tentar destruir este país. E por que o Lula apoia o Ortega? Por que ele passa pano em vez de condenar? Por que aqui, também, neste país, quantas e quantas vezes ele falou contra cristãos, fez chacota, e tem a clara intenção de perseguir o povo cristão deste país?

Não bastasse isso, o governo Lula não assina a declaração da ONU contra Ortega. Claro, são assim “ó”.

(O orador faz sinal com as mãos.)

Ideologia desgraçada que, havendo oportunidade, vai massacrar os cristãos aqui também.

E eu cobro aqui daqueles que vêm com discurso bonitinho, o discurso bem arrumadinho para falar de perseguição. Por que não falam dessa perseguição aos cristãos no mundo e que governos comunistas, socialistas fazem constantemente?

Pobres freiras, pobres freiras, pobres padres, senhores e senhoras, que só estavam servindo a Deus,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e que esse enviado do Satanás... também lá, porque assim como tem enviado do Satanás aqui, o ex-presidiário Lula, lá tem o Ortega, e eles caminham juntos.

E se não bastasse isso, o Brasil se oferece para acolher presos políticos da Nicarágua. Presidente Ortega libertou críticos e rivais eleitorais, mas removeu-lhes a nacionalidade. O governo Lula tem histórico de minimizar a ditadura da Nicarágua,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ou seja, passar pano. Tem que condenar! Pessoas estão perdendo a sua nacionalidade, sendo perseguidas, massacradas. E onde está o dito presidente paz e amor da República? Um mentiroso, perseguidor! Mas logo em breve, senhoras e senhores, ele vai voltar para a cadeia. Podem escrever isso...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Assim como esse Deus vive e Ele reina para sempre, Lula vai voltar para a cadeia...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) e esse ditador da Nicarágua, para concluir, esse ditador da Nicarágua em breve vai cair.

Deus vive! Deus reina! Salve Nosso Senhor Jesus Cristo!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, eu me reinscrevi porque hoje eu recebi, na liderança do Governo, uma federação de trabalhadores que lutam pela terra ou pela produção na terra, coordenada por alguns amigos, como o presidente da Câmara de Vereadores de Pau Brasil, Nego Elder – recebi também o diretor-superintendente da Bahiater, Lanns –, que falaram das dificuldades que eles estão tendo no processo de produção para sanar, matar a fome da população baiana.

Deputado Marcinho, é inimaginável a quantidade de pessoas que, hoje, estão passando fome no nosso país. É lamentável! Nós passamos 4 anos vivendo a dificuldade de um governo irresponsável, de um governo que não gosta de cuidar de gente, que passou a vida inteira tentando roubar a população brasileira e, se não bastasse, está nas páginas dos jornais do Brasil e do mundo inteiro pela tentativa de roubar a doação de um país para outro país. Nós estávamos sendo governados por uma

quadrilha que todos os dias conspirava para tirar o dinheiro do povo brasileiro e para colocar a nossa população na situação de fragilidade em que aí se encontra.

Deputado Robinson, me deu pena ver hoje o depoimento de algumas pessoas falando da fome. E a fome é algo que não espera. A fome é algo que não se pode deixar para o amanhã. E eu gostaria, aqui, de que a gente se juntasse, todos, no sentido de superar aquilo que esse governo que nos deixou, graças a Deus, pela vontade da população brasileira... E às vezes eu fico imaginando como alguém tem a coragem de achar que aquele governo pensou algum dia em cuidar de gente. Mentia para a população, botava uma Bíblia na mão para falar de Deus, mas, no entanto, o que ele queria era, na realidade, em nome de Deus, enganar a população, roubar. Você tinha um governo, deputado Alan, de um presidente que em sua família a única questão era pensar todos os dias em como roubar a população brasileira.

Nós precisamos agradecer ao povo brasileiro que teve a coragem de ir às ruas e dizer que esse governo que estava não servia e trouxe um governo que foi provado que cuida de gente. Lula me orgulha, o PT me orgulha. Tudo que eu tenho na minha vida como projeto político agradeço ao meu partido. É um partido que tem defeitos, mas tem as virtudes que o povo pobre conhece no dia a dia da sua vida. E eu quero dizer aqui para cada um de vocês que hoje me trouxe lágrimas aos olhos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ver diversas pessoas virem aqui não para pedir nada para a sua família, mas para pedir garantias para que pudessem produzir alimentos para a subsistência dessa população que passa fome. E a responsabilidade pelo genocídio que nós temos no Brasil tem nome: Jair Bolsonaro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não havendo mais inscritos, eu dou por encerrada a presente sessão.

Deixou de comparecer à Sessão o senhor Deputado Zó. (01)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.